



IGTNEWS

A Newsletter Oficial do Instituto Governança de Terras



NESTA EDIÇÃO

MERCADOS DE CARBONO: OS MEIOS E FINS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O PLANO ECONÔMICO NORTE-AMERICANO E O BRASIL

O ACORDO ENTRE UNIÃO EUROPEIA E MERCOSUL: A MIOPIA SOBRE A QUESTÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SUSTENTABILIDADE

Mercados de carbono: os meios e fins das mudanças climáticas

ESCRITO POR DELAÍDE SILVA PASSOS

A pandemia da COVID-19 tem traçado os rumos da economia mundial, porém, ao contrário do que se esperava em 2020, mesmo com a queda de dinamismo do mercado, não houve uma redução nas emissões de gases de efeito estufa no mundo no último ano. Segundo o Relatório de Lacunas de Emissões [1], publicado em dezembro do ano passado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) [2], ainda que no início da pandemia tenhamos tido uma breve diminuição nas emissões de CO₂, há indícios de que este número tende a ultrapassar o que havia sido estabelecido pelo Acordo de Paris [3]. Isto é, enquanto este pacto internacional

colocava, em 2016, um limite para o aumento da temperatura global em até 2°C, o relatório da PNUMA prevê que este crescimento será maior do que 3°C, um cenário que acarretará consequências devastadoras para o homem e a natureza [4].

Diante desta perspectiva, o documento da ONU defende uma recuperação verde pós-pandemia, com políticas bem fundamentadas que deveriam reduzir em até 25% as emissões previstas para 2030. Para isso, a sociedade precisa fazer uso de instrumentos menos agressivos ao meio ambiente, tais como o uso de energia renovável e do transporte limpo. Ademais, muitos estudos apontam que o mercado de crédito de carbono talvez seja um dos mecanismos mais eficientes disponíveis nesta luta contra o aumento da temperatura da Terra. Sobre este mercado, vale destacar que ele se baseia no estabelecimento de um preço no carbono de modo a incentivar as empresas a diminuir suas emissões nas atividades que forem mais economicamente viáveis, agindo para administrar os efeitos negativos que estes gases não podem eliminar [5].

Dentro de políticas neste sentido, a ferramenta mais utilizada são as “compensações”, as quais possibilitam que as empresas equilibrem suas emissões de carbono em excesso comprando crédito de outras que estejam abaixo do limite permitido, e logo, podem negociar seu excedente. É importante ter em mente que demorará anos para que os avanços tecnológicos reflitam na redução de CO₂, as “compensações” seriam os meios para evitar que o tempo de maturação destas mudanças leve ao colapso do meio ambiente. Na verdade, se implementados corretamente, os mercados de carbono podem acelerar nossa capacidade de enfrentar as mudanças climáticas e oferecer benefícios adicionais para a natureza e as pessoas - especialmente no Sul Global, onde existe grande parte do potencial de geração de crédito.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Finanças Internacionais (IIF) [6] destaca que há dois tipos de mercado de carbono que podem contribuir para a ação climática: os voluntários e os de conformidade. Os mercados de conformidade, ao contrário dos voluntários, são formados na sua maioria por governos e exigem uma ação mais efetiva por determinado período, tendo um nível de compromisso mais elevado.

Tal como observa o relatório *Financing Nature* da TNC [7], o grande desafio de políticas neste sentido está na dificuldade em colocar um preço na natureza, mas estudos também apontam que talvez o custo em problematizar esta precificação seja maior do que a tentativa de salvá-lo.

O Plano Econômico norte-americano e o Brasil

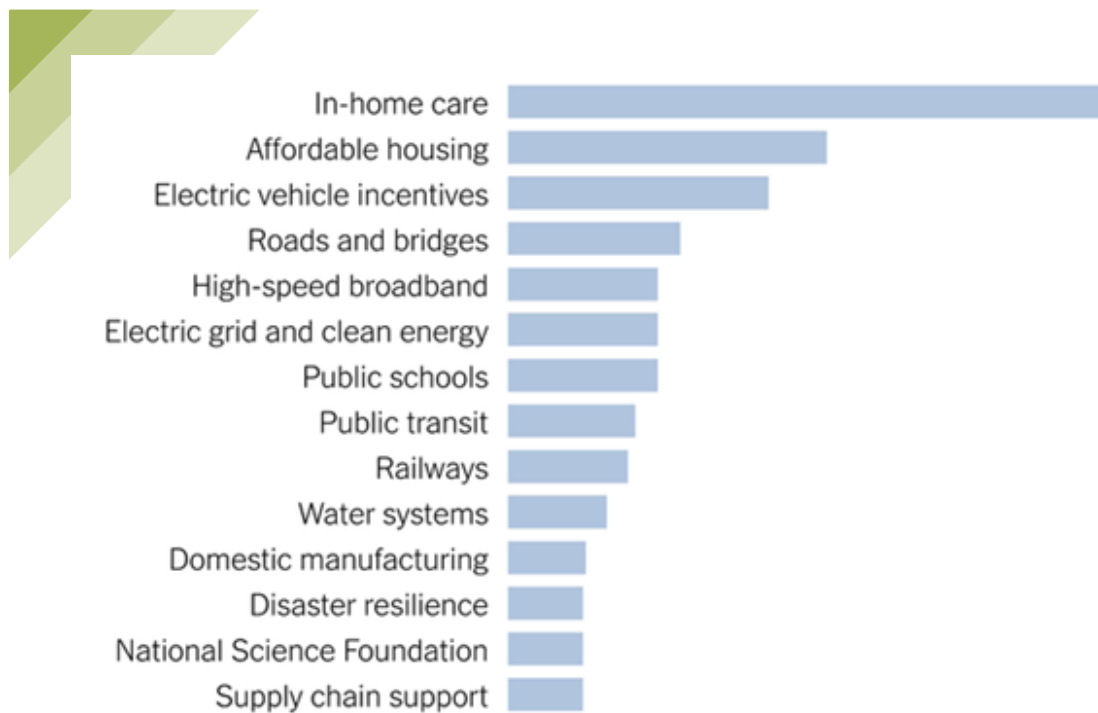
ESCRITO POR GABRIEL PANSANI SIQUEIRA

O presidente eleito John Biden anunciou seu ambicioso plano de retomada econômica para os Estados Unidos da América (EUA) após a crise sanitária do COVID-19. Com investimento estimado em quase 2 trilhões de dólares, o plano é direcionado ao gasto público com infraestrutura, mudanças na matriz energética e criação de empregos a partir desse estímulo, sendo que grande parte desses fundos seriam obtidos com o aumento da tributação sobre as camadas mais privilegiadas da sociedade e as grandes empresas internacionais, principalmente dos setores de tecnologia e serviços digitais que operam nos EUA [1], medida que também está sendo levada ao G20, para que estas cooperem com a recuperação econômica dos países em que operam [2]. Para estimular o emprego e geração de renda a partir do investimento estatal, o atual presidente dos EUA está apostando na

maior política de reconstrução econômica desde o *New Deal*, no pós Segunda Guerra Mundial. No entanto, Biden também está fazendo uso dessa oportunidade para atacar antigos problemas do país, como a saúde pública e a infraestrutura, sem deixar de enfrentar desafios contemporâneos, como a adaptação da sociedade norte-americana com os compromissos para a redução dos gases de efeito estufa, com a ampliação de incentivos a carros elétricos e produção de energia 'limpa', entre outras medidas.

Na contramão, o Brasil segue com uma agenda que prioriza o equilíbrio fiscal e uma política de austeridade no gasto público, como foi reafirmado pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes [3]. Com uma proposta de 'contração expansionista', a agenda econômica do governo Bolsonaro aposta suas fichas no controle fiscal para promover o aumento da confiança dos agen-





What's in Biden's Infrastructure Plan?

How the \$2 trillion in proposed spending breaks down.

tes econômicos, que elevariam o nível de investimento no país, que, por sua vez, levaria à geração de empregos e de renda. No entanto, essa estratégia tem sido cada vez mais questionada, por não ter apresentado o crescimento vigoroso esperado, sendo um pacote de medidas considerado cada vez mais 'obsoleto' [4], ainda mais se comparado ao novo plano econômico de Biden.

Se as estratégias de recuperação econômica entre os dois países são antagônicas, o nível de interesse no combate às mudanças climáticas e para honrar os compromissos de redução de emissões de carbono é ainda mais divergente. Enquanto o presidente norte-americano está usando a necessidade de reconstrução do país para alavancar a agenda da sustentabilidade nos EUA [5], aqui, no Brasil, mal se fala sobre gases de efeito estufa ou nível de emissões, muito menos sobre estratégias para cumprimento do Acordo de Paris. Ao que tudo indica, essa não é (e nem será) uma prioridade do governo Bolsonaro, especialmente se considerarmos que boa parte das emissões brasileiras decorrem das mudanças de uso do solo, entre elas, o desmatamento.

Se esse posicionamento antiglobalista do atual governo brasileiro já contribuía para seu isolamento no mundo, com a mudança na presidência americana e esse plano intervencionista, agora estamos ainda mais sozinhos [6]. Além disso, vão diminuindo os recursos retóricos do governo brasileiro sobre as emissões e monitoramentos do desmatamento [7], por padrões que estão sendo definidos globalmente. Assim, o que o Brasil pode perder por estar nessa contramão? Ainda é possível esperar uma reviravolta na orientação e estratégia do governo brasileiro?

O Acordo entre União Europeia e Mercosul: a miopia sobre a questão das mudanças climáticas e sustentabilidade

ESCRITO POR VITOR BUKVAR FERNANDES

O chamado Acordo União-Européia-Mercosul teve seu pontapé inicial em 1999 e vem tomando contornos mais sólidos nestes últimos vinte anos. A sua última atualização oficial foi no encontro do G20 em Osaka em 2019, onde o texto preliminar do acordo foi divulgado, apesar de não ter sido nem ratificado, nem assinado pelas partes até o momento.



O centro do Acordo seria a redução mútua de tarifas das exportações entre as duas regiões, com a proposta de eliminar 93% das tarifas dos produtos do Mercosul exportados para a União Europeia, beneficiando notavelmente os produtos agrícolas, dentre eles a carne e a soja. Pelo lado da União Europeia, o Acordo visaria também reduzir as tarifas dos bens exportados para o bloco do Mercosul, incluindo produtos como carros e peças, máquinas, produtos químicos e farmacêuticos e também redução das tarifas de produtos típicos como vinhos, chocolates e laticínios produzidos pela UE [1].

Um dos diversos pontos de controvérsia está relacionado aos possíveis impactos climáticos e ambientais deste Acordo para os países do Mercosul, revivido no final do mês passado com a publicação final da Avaliação do Impacto na Sustentabilidade encomendado pela Comissão Europeia [2].

Primeiramente, o relatório passou por cima dos recordes de desmatamento e queimadas que

ocorreram em 2020 e, ao que tudo indica, continuarão crescendo este ano - fato que foi corroborado com um relatório independente encomendado pelo governo francês sobre o mesmo acordo, indicando um potencial aumento de 25% do desmatamento nos países do Mercosul, se o acordo for implementado [3].

Outro ponto que gera discussão é a opção do relatório final de Avaliação do Impacto na Sustentabilidade deliberadamente não incluir nas suas estimativas o aumento da emissão de CO2 devido a mudanças no uso do solo - indo na contramão de avaliações recentes que indicam que a maior parte do aumento da emissão de CO2 é derivada exatamente da mudança do uso do solo, como o aumento de 9,6% da emissão de CO2 na Amazônia brasileira em 2019 [4].

Para além disso, um outro estudo aprofundado de autoria do IMAZON, divulgado em novembro de 2020, traz três pontos centrais de análise sobre o Acordo UE-Mercosul:

- O Acordo aumenta o risco de desmatamento adicional nos países do Mercosul. Este aumento foi estimado pelo estudo como entre 122 e 260 mil hectares, sendo que 50% disso concentrado no Brasil.
- Em termos dos ganhos econômicos, o estudo estima a captura e divisão dos ganhos da seguinte maneira: da previsão de geração de 2,2 bilhões de euros, 68% seria capturado pela UE, 23% pelo Brasil e os outros 9% para os outros países do Mercosul.
- O Acordo traz um risco principalmente para os biomas Amazônico e Cerrado, especialmente nos estados do Pará, Rondônia e Mato Grosso. Este risco também afeta Unidades de Conservação e Territórios Indígenas dado a proximidade das áreas potenciais de expansão.

Sendo assim, para além das previsões de ganhos para ambos os blocos, é necessário maior divulgação dos potenciais efeitos negativos em termos de sustentabilidade que vêm sendo total ou parcialmente omitidos do debate na mídia em geral e nas discussões políticas sobre o Acordo. Sem isso os países do Mercosul e especialmente o Brasil correm o risco de consolidar mais um incentivo para a manutenção do padrão de desenvolvimento destrutivo, não sustentável e não equitativo que, apesar de existir há séculos na América Latina, presencia um momento de aceleração nestes últimos anos.



REDAÇÃO



**INSTITUTO
GOVERNANÇA
DE TERRAS**

Site

www.governancadeterras.com.br
www.igterras.com.br

Facebook

@governancadeterras

Youtube

Instituto Governança de Terras
Grupo de Governança de Terras

E-mail

InstGovTerras@gmail.com
seminariogtde@gmail.com

Ficha Técnica

Edição Geral: Delaíde Silva
Passos e Gabriel Pansani
Siqueira

Diagramação: Marina Lange

Colaboradores: Vitor Bukvar
Fernandes

O que é o IGT?

Buscamos a defesa dos direitos sociais relacionados à posse e à propriedade da terra, em condições de igualdade, por meio da proteção e garantias dadas pelo estado de direito. Estímulo ao desenvolvimento sustentável por meio da adequada Governança de Terras. Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

O que é o IGT News?

A IGTNews será o novo periódico do IGT, que surgiu com o objetivo de concretizar um veículo de comunicação para proporcionar uma leitura crítica dos eventos contemporâneos ligados às questões fundiárias do Brasil e no mundo.

Contato

Envie para InstGovTerras@gmail.com sua opinião sobre as reportagens: qual sua área temática favorita, reclamações, sugestões, etc.

Ajude-nos a desenvolver este novo meio de comunicação

Caso não deseje mais receber essa newsletter, basta responder a este e-mail com a palavra "REMOVER" no campo do assunto

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização do Instituto Governança de Terras. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do código penal.

REFERÊNCIAS



INSTITUTO
GOVERNANÇA
DE TERRAS

Mercados de carbono: os meios e fins das mudanças climáticas

1 – UNEP. Relatório sobre a Lacuna de Adaptação 2020. UNEP, 14 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/resources/relatorio-sobre-lacuna-de-adaptacao-2020>. Acesso em 16 de abril de 2021.

2 – UNEP. Emissions Gap Report 2019. United Nations Environment Programme, 2019. Mairobi. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/30797/EGR2019.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 16 de abril de 2021.

3 – KIZZIER, K. et al. What you need to know about article 6 of the Paris Agreement. World Resources Institute, 02 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.wri.org/blog/2019/12/article-6-paris-agreement-what-you-need-to-know>. Acesso em 16 de abril de 2021.

4 – WEBB, C. Making Carbon Markets Work for Faster Climate Action. TNC, 26 de março de 2021. Disponível em: https://www.nature.org/en-us/what-we-do/our-insights/perspectives/carbon-markets-for-faster-climate-action/?src=s_lio.gc.x.x.&sf141116431=1. Acesso em 16 de abril de 2021.

5 – WEBB, C. Making Carbon Markets Work for Faster Climate Action. TNC, 26 de março de 2021. Disponível em: https://www.nature.org/en-us/what-we-do/our-insights/perspectives/carbon-markets-for-faster-climate-action/?src=s_lio.gc.x.x.&sf141116431=1. Acesso em 16 de abril de 2021.

6 – IIF. Taskforce on Scaling Voluntary Carbon Markets. Summary Pack, 25 de Janeiro de 2021. Disponível em: https://www.iif.com/Portals/1/Files/TSVCM_Summary.pdf. Acesso em 16 de abril de 2021.

7 – DEUTZ, A. et al. Financing Nature: Closing the global biodiversity financing gap. The Paulson Institute, The Nature Conservancy, and the Cornell Atkinson Center for Sustainability, 2020. Disponível em: https://www.nature.org/content/dam/tnc/nature/en/documents/FINANCINGNATURE_FullReport_091520.pdf. Acesso em 16 de abril de 2021.

O Plano Econômico norte-americano e o Brasil

1 – TANKERSLEY, J. Biden Details \$2 Trillion Plan to Rebuild Infrastructure and Reshape the Economy. The New York Times, 31 de março de 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/03/31/business/economy/biden-infrastructure-plan.html>. Acesso em 19 de abril de 2021.

2 – THE ECONOMIST. Janet Yellen calls for a global minimum tax on companies. Could it happen?. The Economist, 10 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.economist.com/finance-and-economics/2021/04/08/janet-yellen-calls-for-a-global-minimum-tax-on-companies-could-it-happen>. Acesso em 16 de abril de 2021.

3 – WARTH, A; ASSIS, F. Objetivo era fazer controle de trajetória explosiva de gastos públicos, diz Guedes. Economia UOL, 09 de abril de 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2021/04/09/objetivo-era-fazer-controle-de-trajetoria-explosiva-de-gasto-publico-diz-guedes.htm>. Acesso em 16 de abril de 2021.

REFERÊNCIAS

4 – KUPFER, J. Plano Biden expõe atraso do Brasil e aumenta risco de isolamento, explica José Paulo Kupfer. Poder 360, 09 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/economia/plano-biden-expoe-atraso-do-brasil-e-aumenta-risco-de-isolamento-explica-jose-paulo-kupfer/>. Acesso em 16 de abril de 2021.

5 – SCHWARTZ, G. Biden anuncia política econômica sustentável. Jornal da USP, 12 de abril de 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/biden-anuncia-politica-economica-sustentavel/>. Acesso em 16 de abril de 2021.

6 – STUENKEL, O. Política antiglobalista de Bolsonaro tem um preço. O Estado de S. Paulo, 03 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,politica-antiglobalista-de-bolsonaro-tem-um-preco,70003568982>. Acesso em 16 de abril de 2021.

7 – MOREIRA, A. OCDE terá indicador para monitorar ação climática. Valor Econômico, 12 de abril de 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2021/04/12/ocde-tera-indicador-para-monitorar-acao-climatica.ghtml>. Acesso em 16 de abril de 2021.

O Acordo entre União Europeia e Mercosul: a miopia sobre a questão das mudanças climáticas e sustentabilidade

1 – EUROPEAN COMMISSION. EU-MERCOSUR TRADE AGREEMENT. European Commission, 2019. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0xGYGkrsq7YzJNua0Xjpdf?si=76af5dd40e524c38>. Acesso em 16 de abril de 2021.

2 – MERCOSUR. European Commission publishes final Sustainability Impact Assessment and Position Paper on the EU-Mercosur Trade Agreement. Brussels, 29 de março de 2021. Disponível em: <https://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=2260>. Acesso em 16 de abril de 2021.

3 – CAVAZZINI, A. European Commission ignores the environmental and climate impacts of the EU-Mercosur trade deal. Anna Cavazzini, 12 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.annacavazzini.eu/european-commission-ignores-the-environmental-and-climate-impacts-of-the-eu-mercotur-trade-deal/>. Acesso em 16 de abril de 2021.

4 - STAFF, R. Brazil's carbon emissions rose 9.6% in 2019 with Amazon deforestation - study. Reuters, 06 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/brazil-environment-idUSKBN27M28D>. Acesso em 16 de abril de 2021.

5 – AMAZON INSTITUTE OF PEOPLE AND THE ENVIRONMENT. Is the EU-MERCOSUR trade agreement deforestation-proof?/ Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Belém, PA, 2020. Disponível em: https://amazon.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Amazon_report_mercosul-december2020.pdf. Acesso em 16 de abril de 2021.